PERSPECTIVA
REVISTA DO CENTRO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
Volume 44, n. 2 – p. 01 – 23, abril/jun. 2026 – Florianópolis

eISSN 2175-795X

Todos pela Educação e hegemonia: uma análise gramsciana

André Silva Martins
Marcelo Paula de Melo

Resumo

O artigo examina a atuação do Todos pela Educação (TPE) na dinâmica das relações de força no campo educacional pós-2016, a partir dos conceitos de Gramsci. O objetivo é analisar o significado de suas formulações, estratégias e ação política no período 2016 a 2024, buscando identificar a sua contribuição para fortalecer a hegemonia burguesa. A partir da pesquisa documental, o artigo confirma que o TPE é um aparelho de hegemonia que traduz a ideologia social-liberal na educação. Revela que TPE realizou uma grande inserção em veículos de imprensa para ser reconhecido como "autoridade educacional" e, assim, influenciar a formação da opinião pública. Projetou suas posições como se fossem formulações de cunho técnico para indicar que não estaria vinculado à luta política, ampliando a projeção de suposta autoridade educacional. Apesar disso, enfrentou politicamente a extrema direita e seu projeto de educação, bem como as posições das organizações sindicais e científicas da educação em determinados temas de interesse. Identifica-se que a teoria pedagógica que fundamenta o projeto desse aparelho é a pedagogia das competências. Através da lente gramsciana, o artigo conclui que o TPE defende a escola pública como instância de formação das massas para a subalternidade, contribuindo para manter a hegemonia burguesa.

Palavras-chave: Todos pela Educação. Social-liberalismo. Hegemonia.

André Silva Martins
Universidade Federal de Juiz de Fora
UFJF, MG, Brasil
E-*mail*: andre.martins@ufjf.br
https://orcid.org/0000-0001-5360-8835

Marcelo Paula de Melo
Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ, Brasil
E-*mail*: marcelaomelo@gmail.com
https://orcid.org/0000-0002-0146-4275

Recebido em: 13/04/2026
Aprovado em: 16/09/2026

CC BY

http://www.perspectiva.ufsc.br
http://dx.doi.org/10.5007/2175-795X.2026.e112057

Abstract

All for education and hegemony: a gramscian analysis

The article examines the role of Todos pela Educação (TPE) in the dynamics of relations of force within the educational field in the post-2016 period, based on Gramscian concepts. Its objective is to analyze the significance of its formulations, strategies, and political action between 2016 and 2024, aiming to identify its contribution to strengthening bourgeois hegemony. Based on documentary research, the article confirms that TPE is an apparatus of hegemony that translates social-liberal ideology into the educational field. It reveals that TPE achieved significant insertion into mass media outlets to establish itself as an 'educational authority' and thereby influence the formation of public opinion. It projected its positions as technical formulations to suggest detachment from political struggles, reinforcing its profile as a supposed educational authority. Nonetheless, it politically confronted both the far right and its educational project, as well as the positions of trade unions and scientific organizations in education on specific issues of interest. The pedagogical theory underpinning this apparatus's project is identified as the 'pedagogy of competencies'. Through a Gramscian lens, the article concludes that TPE advocates for public schooling as a site for training the masses for subalternity, contributing to the maintenance of bourgeois hegemony.

Keywords:
Todos pela Educação. Social-liberalism. Hegemony.

Resumen

Todos por la Educación y hegemonía: un análisis gramsciano

El artículo examina el papel de Todos pela Educação (TPE) en la dinámica de las relaciones de fuerza en el campo educativo posterior a 2016, a partir de los conceptos de Gramsci. El objetivo es analizar el significado de sus formulaciones, estrategias y acción política en el período de 2016 a 2024 para identificar su contribución al fortalecimiento de la hegemonía burguesa. A partir de la investigación documental, el artículo confirma que el TPE es un aparato de hegemonía que traduce la ideología social-liberal en la educación. Revela que el TPE logró una gran inserción en los medios de comunicación para ser reconocido como «autoridad educativa» y, así, influir en la formación de la opinión pública. Proyectó sus posiciones como si fueran formulaciones de carácter técnico para indicar que no estaría vinculado a la lucha política, ampliando la proyección de una supuesta autoridad educativa. A pesar de ello, se enfrentó políticamente a la extrema derecha y a su proyecto educativo, así como a las posiciones de las organizaciones sindicales y científicas de la educación en determinados temas de interés. Se identifica que la teoría pedagógica que fundamenta el proyecto de este aparato es la «pedagogía de las competencias». A través de la lente gramsciana, el artículo concluye que el TPE defiende la escuela pública como instancia de formación de las masas para la subalternidad, contribuyendo a mantener la hegemonía burguesa.

Palabras clave:
Todos por la Educación. Socioliberalismo. Hegemonía.

Introdução

Este artigo vincula-se a uma pesquisa dedicada ao estudo das relações das forças políticas e das estratégias de hegemonia em curso no campo educacional brasileiro, tendo como principal referência teórica Antonio Gramsci (2024). Embora o autor seja um intelectual europeu e da primeira metade do século XX, consideramos que suas reflexões e seus conceitos podem ser mobilizados para o estudo das relações de forças presentes na formação social brasileira no contexto histórico atual.

Neste estudo, analisamos a atuação do Todos pela Educação (TPE) no período de 2016 a 2024. Justificamos esse recorte temporal por abranger uma fase de instabilidade política decorrente de mudanças nas relações de forças políticas, ainda não examinada pela literatura dedicada ao TPE, inclusive pela produção fundamentada no pensamento gramsciano.

Além desta introdução, organizamos o artigo em quatro seções. Na primeira, apresentamos os conceitos de Gramsci que consideramos centrais para a análise. Na segunda, abordamos o contexto histórico de criação do TPE e a finalidade política desse organismo. Na terceira, examinamos as formulações elaboradas pelo TPE entre 2016 e 2024. Por fim, na quarta seção, apresentamos as conclusões.

Os principais conceitos de Gramsci para análise do TPE

O conceito gramsciano de hegemonia é central para os objetivos de nossa análise sobre o TPE, pois oferece o fundamento teórico necessário à compreensão tanto da vinculação de classe desse organismo quanto de sua função político-ideológica nas relações de forças políticas no campo educacional. Com base nesse conceito, examinamos a particularidade do TPE para identificar a sua contribuição para a atualização da hegemonia burguesa na contemporaneidade, no âmbito dos conflitos entre as classes sociais e no interior delas. Nesse sentido, destacamos a seguinte formulação:

> O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa, mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter o seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica (Gramsci, 2024, p. 1726-1727).

Ao traduzirmos essa definição para a particularidade de nosso objeto, ressaltamos que o TPE precisa lidar com o interesse da classe trabalhadora pela escola pública e gratuita, preservando minimamente algum grau de qualificação técnica dos estudantes. Logo, a ideia de "sacrifício" para a classe burguesa significa admitir dois aspectos: i) a expansão da mercadorização da educação não deve eliminar a escola pública nem desqualificá-la integralmente; e ii) parte do fundo público deve ser destinada para financiar a escola pública. Nesse sentido, o "sacrifício" é compensado, no plano

ético-político, pelo domínio e direção da formação intelectual e moral desenvolvida no processo de escolarização, o que implica a conformação dos subalternos à concepção burguesa de mundo.

Gramsci destaca que a classe ou uma de suas frações, "[...] quando exerce o poder e mesmo se o tem fortemente em punho, torna-se dominante, mas deve continuar a ser também 'dirigente'" (Gramsci, 2024, p. 2118) em todas as dimensões da vida social, a fim de assegurar a unidade com a base material, o que inclui a formação escolar. Nessa direção, as forças políticas burguesas que exercem a hegemonia reconhecem a escola pública como necessária ao ordenamento da sociabilidade capitalista.

Assinalamos que, na acepção de Gramsci, a relação entre a dimensão pedagógica ou educativa com a hegemonia não se restringe à questão escolar em sentido estrito, pois "[esta] relação existe em toda a sociedade como um todo e para cada indivíduo em relação a outros indivíduos [...]. Toda relação de 'hegemonia' é necessariamente uma relação pedagógica" (Gramsci, 2024, p. 1443).

Com base nessa compreensão, identificamos que a dimensão relacional da hegemonia está organicamente vinculada à atuação dos aparelhos de hegemonia gestados pelas classes sociais em luta. Por essa razão, consideramos esse conceito igualmente relevante para a análise de nosso objeto.

Na nota 136 do *Caderno 6*, Gramsci caracteriza os aparelhos de hegemonia como "sociedades particulares" envolvidas na trama estatal. Já na nota 12 do *Caderno 10*, o autor afirma que "a realização de um aparelho hegemônico, enquanto cria um novo terreno ideológico, determina uma reforma das consciências e dos métodos de conhecimento, um fato filosófico" (Gramsci, 2024, p. 1365). Compreendemos, portanto, que esses aparelhos constituem a expressão material das forças políticas em luta e atuam na operacionalização de elementos da vida concreta. Ao delimitarem distintos terrenos ideológicos, ampliam o grau de homogeneidade das forças políticas que representam, traduzem os interesses dessas forças em consciência político-coletiva e possibilitam sua atuação nas relações de hegemonia que configuram o Estado com base em interesses de classe.

À luz do exposto, consideramos igualmente relevante para a análise a concepção gramsciana de Estado. Gramsci oferece uma contribuição original para a compreensão do Estado capitalista ao ampliar, com base na realidade concreta do século XX, as formulações marxiana e engelsiana acerca do fenômeno estatal. Fundamentalmente, o autor identifica a indissociabilidade entre

> [...] dois grandes "planos" superestruturais, o que pode ser chamado de "sociedade civil", ou seja, o conjunto de organismos vulgarmente denominados "privados" e o de "sociedade política ou Estado" que correspondem à função de "hegemonia" que o grupo dominante exerce em toda a sociedade e à de "domínio direto" ou comando que se expressa no Estado e no governo "jurídico" (Gramsci, 2024, p. 1628).

Além disso, ressaltamos a advertência do autor sobre as definições de sociedade civil e de sociedade política. Segundo Gramsci, essas definições correspondem a recursos metodológicos, pois

"[...] na concreta vida histórica, sociedade política e sociedade civil são uma mesma coisa" (Gramsci, 2024, p. 518).

Nessa perspectiva, reconhecemos o conceito gramsciano de Estado integral como uma ferramenta teórica que nos permite compreender que as contradições da sociedade capitalista e as lutas políticas travadas entre as classes, por meio de seus aparelhos de hegemonia, definem a materialidade do Estado e, particularmente, da política educacional. Tais aparelhos organizam as vontades coletivas das frações de classes que representam, possibilitam a reforma das consciências político-coletivas e projetam terrenos ideológicos que orientam as ações desenvolvidas na sociedade civil e nas instâncias da sociedade política (Gramsci, 2024).

Em síntese, consideramos que os conceitos apresentados constituem referências basilares para identificarmos a natureza e a função político-ideológica do TPE na dinâmica das relações de forças políticas.

A gênese do TPE como expressão da ideologia social-liberal na educação

Na segunda metade dos anos de 1990, a fundação do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (Gife), um aparelho de hegemonia, possibilitou que frações da classe burguesa superassem as práticas baseadas na noção de "filantropia empresarial" em favor da noção de "investimento social privado". Essa virada político-ideológica contribuiu para atualizar a hegemonia burguesa no contexto da reestruturação produtiva e da redefinição das funções do aparelho de Estado promovidas pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) a partir de 1995.

Com base na análise das relações de forças políticas formulada por Gramsci (2024) no *Caderno 13*, intitulado *Notas sobre a política de Maquiavel*, identificamos que a mudança político-ideológica dirigida pelo Gife constituiu uma iniciativa que ampliou a homogeneidade, a consciência política coletiva e a organização da classe burguesa.

Os conceitos gramscianos de pequena política e grande política são relevantes para qualificarmos a dimensão da transição, ocorrida na década de 1990, da "filantropia empresarial" para o "investimento social privado". A pequena política caracteriza-se pela ênfase nas "[...] questões parciais e cotidianas que se colocam no interior de uma estrutura já estabelecida [...] entre as diversas frações de uma mesma classe política" (Gramsci, 2024, p. 1048). Por sua vez, a grande política expressa a "[...] luta pela defesa e conservação de uma determinada estrutura social e política" (Gramsci, 2024, p. 1048). Assim, ao agirem no campo da grande política, essas frações buscaram atualizar as estruturas orgânicas econômico-sociais típicas de um país de capitalismo dependente, em consonância com as mudanças decorrentes da divisão internacional do trabalho, a fim de fortalecer a

hegemonia burguesa. Acrescentamos que, como ressalta Gramsci (2024), reduzir esses processos à pequena política constitui, por si só, uma ação de grande política.

Ao mobilizarmos a análise de Gramsci (2024) sobre o americanismo e o fordismo, encontramos elementos teóricos que nos permitem compreender da noção de "investimento social privado". Abstraindo os aspectos particulares do paradigma fordista para nos concentrarmos nos elementos essenciais de seu conteúdo e articularmos essa formulação à contribuição de Gounet (1999), verificamos que o paradigma flexível ou toyotista promoveu a racionalização da produção, intensificou a exploração do trabalho e desarticulou a resistência dos trabalhadores.

Além da indústria, outros ramos da economia incorporaram o referido paradigma, e até mesmo as funções e operações de instâncias do aparelho de Estado foram redefinidas sob essa mesma orientação. Desse modo, observamos que esse conjunto de transformações exigiu mudanças no modo de vida dos trabalhadores. O fundamento teórico que adotamos pode ser sintetizado na seguinte afirmação: "[...] os novos métodos de trabalho são indissolúveis de um determinado modo de viver, de pensar e de sentir a vida: não é possível ter sucesso em um campo sem obter resultados tangíveis em outro" (Gramsci, 2024, p. 2270). Com efeito, verificamos que o crescimento de aparelhos de hegemonia burgueses – os chamados institutos e fundações –, mobilizados com o chamado "investimento social privado", significou o movimento de atualização do conformismo social, integrando, portanto, a estratégia de renovação da hegemonia.

Diante desse processo, procuramos identificar a ideologia que fundamenta as ações desses aparelhos de hegemonia. Com base em Neves (2005), examinamos suas posições acerca da relação entre capital e trabalho, da vinculação entre a economia de mercado e a problemática da desigualdade, bem como das funções atribuídas ao aparelho de Estado. Considerando as reflexões de Castelo (2013), concluímos que essas posições se vinculam à ideologia social-liberal.

A análise de Gramsci sobre as ideologias foi decisiva para essa conclusão. Nessa perspectiva, destacamos a seguinte afirmação do autor:

> É preciso, portanto, distinguir entre ideologias historicamente orgânicas, que são, pois, necessárias a uma certa estrutura, e ideologias arbitrárias, racionalistas, "desejadas". Enquanto historicamente necessárias, elas têm uma validade "psicológica", organizam as massas humanas, formam o terreno em que os homens se movem, adquirem consciência das suas posições, lutam etc. Enquanto as ideologias "arbitrárias" não criam nada além de "movimentos" individuais, polêmicos etc. (Gramsci, 2024, p. 944).

O crescimento e a homogeneidade dos aparelhos de hegemonia burgueses foram significativos na década de 1990 (Lopes, 2010). Com efeito, o aprofundamento do paradigma flexível e a manutenção da configuração das relações de forças sociais possibilitaram, na década seguinte, a ampliação desses organismos e a intensificação de suas atividades políticas tanto na sociedade civil quanto na sociedade política, sobretudo no aparelho Executivo. Na educação, a criação do Todos pela

Educação (TPE), em 2005, constituiu o caso mais emblemático desse movimento. Oficializado em setembro de 2006, esse aparelho de hegemonia foi apresentado como um suposto "movimento" de ampla mobilização social, formado por "todos" os sujeitos comprometidos com a escola pública, entre os quais cidadãos, lideranças políticas, organizações e governos.

O próprio nome desse aparelho é em si um *slogan* educacional[1] cuidadosamente elaborado para neutralizar as forças políticas da classe trabalhadora, obter o consentimento ativo das massas e projetar o TPE como suposto porta-voz de uma nova vontade geral acerca da educação pública. No plano das relações de forças políticas, o TPE foi criado para assegurar que o projeto de educação encaminhado durante o governo FHC (1995-1998; 1999-2002) fosse aperfeiçoado pelo governo Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010).

Recorrendo aos estudos sobre filosofia e história da cultura de Gramsci (2024), verificamos que todos integramos alguma forma de conformismo. Nessa perspectiva, o autor afirma que "criticar a própria concepção do mundo, portanto, significa torná-la unitária e coerente e elevá-la até o ponto ao qual chegou o pensamento mundial mais avançado" (Gramsci, 2024, p. 1488). No âmbito da educação escolar, esse desafio exige uma teoria crítica de educação que fundamente a prática pedagógica também crítica, algo que o TPE buscou bloquear com a sua concepção de "qualidade da educação".

Martins (2016) demonstra que a concepção de qualidade defendida pelo TPE se restringe a uma perspectiva pragmática, centrada na elevação dos índices aferidos por avaliações externas. Com base nessa análise, observamos que o organismo subordinou a educação escolar ao controle produtivista e conferiu centralidade ao currículo baseado em competências, a exemplo da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2017). Desse modo, o TPE fortaleceu a concepção de treinamento para a empregabilidade em detrimento da formação para o trabalho, em um contexto marcado pelo que Gentili (2008) caracteriza como a impossibilidade de a escola pública continuar cumprindo a promessa de integração econômica e social da classe trabalhadora por meio da escolarização. Entre as formulações do TPE em defesa do currículo por competências, destacamos a seguinte: "[...] é importante que o processo de construção ou reformulação curricular à luz da BNCC avance [...]. Nessa perspectiva, destaca-se a importância do desenvolvimento de competências para a vida no século XXI (TPE, 2018a, p. 38)".

Diante desse posicionamento político, recorremos à formulação de Gramsci (2024) sobre a escola unitária como parâmetro para examinarmos a proposta educacional do TPE. Segundo o autor:

> A escola unitária ou de cultura geral "humanista" (entendida em sentido amplo e não só no sentido tradicional) deveria propor-se introduzir na vida ativa os jovens com uma certa

[1] Sobre a problemática dos *slogans* educacionais, ver Evangelista (2014).

> autonomia intelectual, isto é, com um certo grau de capacidade para a criação intelectual e prática, de orientação independente (Gramsci, 2024, p. 553).

O projeto de educação do TPE está distante desta concepção, pois a BNCC vincula-se diretamente à pedagogia das competências (Ramos, 2008), cuja finalidade consiste, segundo Saviani (2013), em promover a adaptação do ser social à ordem vigente. Diante disso, afirmamos que a defesa desse modelo curricular realizada pelo TPE indica que a escolarização deve primar pela submissão intelectual e política dos estudantes.

A estratégia do TPE para legitimar uma formulação antipopular foi dirigir a opinião pública sobre a educação escolar, utilizando os meios de comunicação de massa. Entre 2005 e 2007, isso foi viabilizado pela publicação de artigos de opinião em jornais de grandes empresas de comunicação assinados por dirigentes do TPE, como Johannpeter (2006) e Vilella (2007). Nos anos seguintes, o TPE organizou e ampliou metodicamente sua presença na mídia. A série histórica dos relatórios anuais de atividades do organismo revela que essa inserção contribuiu para que as grandes empresas de comunicação adotassem esse aparelho de hegemonia como entidade *expert* em educação pública e, ao mesmo tempo, como suposto "porta-voz" da sociedade civil sobre o tema. Assinalamos, ainda, que tais empresas autorizaram a participação de seus jornalistas nos cursos de capacitação promovidos pelo TPE e a utilização, na produção de reportagens, das orientações contidas nos guias elaborados pelo organismo (TPE, 2014). Essa atuação exemplifica a estreita relação entre a formação da opinião pública e o exercício da hegemonia.

A esse respeito, Gramsci (2024, p. 991) afirma:

> A opinião pública e o conteúdo político da vontade política pública que poderia ser discordante: por isso, existe a luta pelo monopólio dos órgãos da opinião pública: jornais, partidos, parlamento, de modo que uma só força modele a opinião e, assim, a vontade política nacional, colocando os discordes em uma poeira individual e desorgânica.

Para dirigir a opinião pública e exercer a hegemonia, a burguesia mobilizou e formou intelectuais orgânicos. Recorremos a Gramsci para evidenciarmos a importância de tais sujeitos. Ao examinar a história dos intelectuais e sua vinculação às classes, Gramsci (2024, p. 1623-1624) assevera:

> Todo grupo social, nascendo no terreno originário de uma função essencial no mundo da produção econômica, cria junto a si, organicamente, um ou mais estratos de intelectuais que lhe dão homogeneidade e consciência de sua própria função, não só no campo econômico, mas também no social e político: o empresário capitalista cria consigo o técnico da indústria, o cientista da economia política, o organizador de uma nova cultura, de uma nova lei etc. [...] Se não todos os empresários, pelo menos uma elite deles deve ter a capacidade de ser organizador da sociedade em geral [...]; ou deve possuir pelo menos a capacidade de escolher os "prepostos" (funcionários especializados) a quem confiar esta atividade organizadora das relações gerais fora da empresa.

Além das tarefas organizativas, os intelectuais orgânicos da classe burguesa vinculados ao TPE atuam para impedir que forças políticas antagônicas disputem o conteúdo da política educacional na sociedade civil e nas instâncias executivas do aparelho estatal. Essa tática articula duas dimensões.

A primeira refere-se à persuasão. O TPE sustenta que a garantia da qualidade da educação dependeria da eliminação do dissenso e da construção de uma unidade em defesa da escola pública. Como exemplo, destacamos a epígrafe contida na página de abertura do relatório de 2015: "Movimento que tem a missão de engajar o poder público e a sociedade brasileira no compromisso pela efetivação do direito das crianças e jovens a uma Educação Básica de qualidade" (TPE, 2015, n.p.).

A segunda se expressa na deslegitimação de forças oponentes. Destacamos as posições do TPE sobre a formação, carreira e trabalho docente, veiculadas a partir de 2014, que desconsideram e se contrapõem às formulações da Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (Anfope) e às reivindicações dos sindicatos de trabalhadores em educação. Nos documentos analisados, não identificamos sequer menção à existência da Anfope, enquanto os sindicatos são apresentados apenas de maneira periférica.

No contexto de estabilidade política, o "sucesso" das táticas adotadas permitiu que o TPE assumisse a condição de formulador da política educacional junto às instâncias executivas do aparelho de Estado. Contudo, a instabilidade política iniciada em 2016, que foi marcada pela articulação e pela ascensão da extrema direita no país, levou o organismo a rever suas formas de atuação para preservar o controle sobre a direção da educação básica pública. Examinaremos esse processo na próxima seção.

A atuação do TPE no contexto de crise

Entre 1994 e 2014, as relações das forças políticas foram delineadas nos limites da ordem vigente. O questionamento do resultado da eleição presidencial de 2014 representou um marco importante na formação do quadro de instabilidade política que, posteriormente, se desdobrou em uma crise. O processo de impedimento da presidenta Dilma Rousseff, em 2016, consolidou a reconfiguração dessas relações, agravada pelos efeitos da crise econômica mundial do capitalismo. Nesse cenário, foram desestabilizados tanto o projeto de desenvolvimento capitalista conduzido pelos governos Lula da Silva (2003-2006; 2007-2010) e Dilma Rousseff (2011-2014; 2015-2016) quanto o consenso ativo e passivo que havia assegurado as condições necessárias ao seu avanço. O fortalecimento das forças políticas burguesas neoliberais e a ascensão de grupos radicalizados de inspiração neofascista, provenientes de setores da pequena burguesia, também foram determinantes

para esse processo. Diante dessa conjuntura, o TPE passou a disputar posições na sociedade civil e na sociedade política com o objetivo de conservar sua influência sobre a educação pública.

No balanço das atividades desenvolvidas em 2016, o TPE apresentou um diagnóstico da situação brasileira e uma suposta solução para os problemas identificados. Embora reconhecesse que o país enfrentava crises política e econômica, esse aparelho de hegemonia sustentou que uma educação de qualidade poderia ter evitado as tensões daquele período. Essa interpretação aparece na seguinte afirmação:

> O ano de 2016, definitivamente, foi atípico em nosso País, com uma grande polarização nas opiniões e debates especialmente por conta das crises econômica e política. Mas também é em momentos como esses que parece ficar mais evidente a importância da Educação de qualidade para todos, que tanto impacta todas as demais áreas e certamente ajudaria a evitar muitas crises (TPE, 2016, p. 1).

Essa manifestação indica que o TPE buscou projetar-se como força política supostamente situada ao centro, demarcando seu aparente distanciamento em relação à polarização política. Ao sustentar que uma educação de qualidade poderia evitar polarizações e crises, o organismo atribuiu à educação escolar a função política de promover consensos no interior da ordem capitalista.

Para manter a defesa da concepção social-liberal da educação no contexto de crise política, em 2017, o TPE iniciou a sistematização de um programa de educação destinado a pautar as candidaturas nas eleições previstas para o ano seguinte. Publicado em 2018 sob o título "Educação Já!", o programa foi apresentado como "[...] uma proposta de estratégia nacional" (TPE, 2018a, p. 5). Sua finalidade político-ideológica foi descrita nos seguintes termos: "[...] contribuir para que os **próximos governantes implementem um conjunto de medidas que sejam capazes de promover um salto de qualidade na educação básica brasileira**" (TPE, 2018a, p. 5, grifo no original).

Compreendemos que o TPE procurou converter seu programa particular em uma formulação universal para a educação, projetando-o nas instâncias do Estado integral como uma proposição situada acima das disputas que marcaram o contexto eleitoral de 2018. Com essa iniciativa, o aparelho de hegemonia expressou, no campo educacional, o nível mais elevado de consciência política coletiva. As notas de Gramsci sobre a política de Maquiavel, reunidas no *Caderno 13*, oferecem a seguinte definição desse nível de consciência:

> [...] é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, no seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico; e podem e devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem da estrutura à esfera das superestruturas complexas (Gramsci, 2024, p. 1693-1694).

Durante a campanha presidencial, o TPE estabeleceu um canal de interlocução com os candidatos à Presidência da República para tratar do programa "Educação Já!". Além disso, examinou os programas de governo apresentados pelas diferentes candidaturas presidenciais e concluiu que eles

não ofereciam respostas adequadas aos problemas da educação brasileira (TPE, 2018b). Especificamente sobre a candidatura de Jair Bolsonaro, vitoriosa no pleito presidencial de 2018, o TPE afirmou que o programa apontava ideias generalistas e desconectadas da realidade.

Apesar dessa fragilidade programática, a referida candidatura obteve 55,13% dos votos válidos no segundo turno e venceu representantes de legendas partidárias com longa trajetória política. Consideramos que essa vitória não resultou de uma manifestação espontânea das massas.

Para compreendê-la, destacamos dois aspectos. O primeiro diz respeito à reflexão de Gramsci acerca das eleições para a formação de cargos nas instâncias do aparelho estatal. Sob essa perspectiva, o voto não expressa necessariamente a autonomia política do cidadão, mas resulta da "[...] capacidade de expansão e de persuasão das opiniões de poucos, das minorias ativas, das elites, das vanguardas etc., etc., ou seja, a sua racionalidade ou historicidade ou funcionalidade concreta" (Gramsci, 2024, p. 1238). Na sequência, o autor apresenta outra afirmação que julgamos importante para a compreensão da formação da massa de eleitores que viabilizou a vitória de Bolsonaro: "As ideias e opiniões não 'nascem' espontaneamente no cérebro de cada indivíduo: elas tiveram um centro de irradiação e difusão, um grupo de homens ou até mesmo um homem isolado que as elaborou e as apresentou em forma política de atualidade" (Gramsci, 2024, p. 1238).

O segundo aspecto refere-se à crise de hegemonia, conceito que nos permite interpretar a formulação e, sobretudo, a difusão das ideias e opiniões que contribuíram decisivamente para a organização da extrema direita e para a eleição de Bolsonaro. Na nota 23 do *Caderno 13*, dedicada à relação entre crise e partidos políticos, Gramsci afirma que a crise de hegemonia

> [...] ocorre ou porque a classe dirigente fracassou em algum grande empreendimento político para o qual pediu ou impôs pela força o consenso das grandes massas (como a guerra), ou porque amplas massas (especialmente de camponeses e de pequenos burgueses intelectuais) passaram de repente da passividade política a uma certa atividade e apresentam reivindicações que, em seu conjunto desorganizado, constituem uma revolução (Gramsci, 2024, p. 1713).

Por essa lente teórica, verificamos que as medidas anticíclicas implementadas pelo governo Lula da Silva, entre 2008 e 2010, e pelo governo Dilma Rousseff, entre 2011 e 2016, não foram suficientes para conter, no Brasil, os efeitos da crise econômica mundial deflagrada em 2008. Isso significou que os interesses de curto e médio prazos da classe burguesa não foram ampliados, enquanto as aspirações da pequena burguesia e da classe trabalhadora permaneceram sem atendimento. Nesse cenário, a presidenta Dilma Rousseff, durante o segundo mandato (2015-2016), e o Partido dos Trabalhadores (PT) perderam apoio, algo que foi intensificado pela campanha jurídico-midiática que associou a corrupção ao governo, ao partido e ao ex-presidente Lula da Silva.

Nessa dinâmica, de um lado, os esforços realizados desde 2003 para renovar a sociabilidade e promover um projeto de desenvolvimento capitalista social-liberal perderam a sustentação política,

o que inviabilizou o governo e colocou o PT em xeque na sociedade civil. Somou-se a esse quadro a incapacidade das forças políticas anticapitalistas de ampliar sua base social e convencer as massas acerca da viabilidade de um projeto alternativo de sociedade. De outro lado, o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), que, na década de 1990, havia assumido a condição de partido no sentido gramsciano, como revela Guiot (2006), apoiou a desestabilização do governo Dilma Rousseff, mas não conseguiu rearticular a classe burguesa nem atualizar a hegemonia.

Diante desse impasse, neoliberais e os neofascistas se organizaram e encontraram as condições ideológicas e políticas favoráveis à articulação de setores conservadores e reacionários, formando a força política da extrema direita. Esse movimento foi decisivo para projetar a candidatura Bolsonaro e assegurar sua vitória na eleição de 2018. Em outras palavras, embora tenha recebido o apoio da grande burguesia no segundo turno, a candidatura não foi originalmente definida por essa classe.

Esse quadro político afetou diretamente o TPE. Como evidência, destacamos a mensagem da presidenta-executiva do organismo, publicada em 31 de outubro de 2018 em sua coluna no portal UOL e dirigida à candidatura eleita. No texto, além de sustentar que o projeto educacional da extrema direita na educação não deveria substituir o projeto social-liberal, a dirigente apresentou a agenda de política educacional a ser implementada a partir de 2019 e advertiu sobre a necessidade de evitar retrocessos ou descontinuidades. A síntese dessa mensagem pode ser observada no seguinte excerto:

> A próxima gestão do Ministério da Educação (MEC) deve costurar caminhos e políticas educacionais que nos ajudem a manter os avanços até aqui conquistados, superar os desafios presentes [...]. Não podemos perder o foco nem gastar recursos financeiros e humanos em questões menores e isoladas, pois o preço desse erro estratégico será o futuro do Brasil (Cruz, 2018, n.p.).

Com o propósito de preservar o projeto social-liberal de educação, o TPE buscou influenciar a escolha do Ministro da Educação no governo Bolsonaro. Segundo o jornalista Gustavo Lopes (2018), a intelectual orgânica Viviane Senna aproximou-se do grupo político eleito para viabilizar as tratativas entre o organismo e o coordenador da equipe de transição, o deputado Onyx Lorenzoni.

A direção do TPE apresentou dois nomes para o MEC: Viviane Senna e Mozart Ramos, ambos também vinculados ao Instituto Ayrton Senna. Entretanto, a tratativa não foi consolidada por crítica da bancada evangélica, levando a equipe de transição a recuar (Soares; Bresciani; Portinari, 2018). Diante disso, em 22 de novembro de 2018, Ricardo Vélez[2] foi indicado por lideranças vinculadas aos setores mais radicalizados da extrema direita para assumir o MEC em 1º de janeiro de 2019. Posteriormente, em 8 de abril daquele ano, foi exonerado em decorrência de iniciativas que

[2] Vélez foi professor do Departamento de Filosofia da Universidade Federal de Juiz de Fora e lecionou na Escola de Comando e Estado-Maior do Exército. Em sua página pessoal, define-se como liberal-conservador e cristão.

provocaram desgastes ao governo (Struck, 2018). A nomeação de Vélez significou uma derrota política para o TPE, que pretendia blindar a educação pública das intervenções da extrema.

Em meio à crise de hegemonia, o TPE manteve a disputa pela formação da opinião pública sobre temas educacionais e, em 2019, passou a atuar em três frentes.

A primeira envolveu o aprofundamento da articulação da força política social-liberal burguesa no campo educacional e na sociedade civil, mediante a criação da "Coalizão Educação Já", integrada pelo TPE e mais 12 aparelhos de hegemonia da classe burguesa. Essa frente buscou ampliar a repercussão do programa "Educação Já" junto aos governos estaduais constituídos após as eleições de 2018. Avaliamos que a iniciativa expressou a resistência política da força social-liberal ao governo Bolsonaro e procurou dificultar o avanço do programa da extrema direita para a educação pública.

A segunda frente refere-se às ações diretas junto ao MEC, com destaque para as seguintes iniciativas: i) participação na construção da Proposta de Emenda à Constituição relacionada ao novo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); e ii) análise do chamado Compromisso Nacional pela Educação Básica. Sobre este último, o TPE (2019a) destacou seu caráter genérico e desarticulado, apontando diversas inconsistências.

Em relação à Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do novo Fundeb, ressaltamos que, embora se posicionasse favoravelmente à criação de um fundo permanente para a educação, o TPE defendeu que a complementação da União fosse limitada a 15%. Gluz (2021) informa que esse percentual também foi defendido pelo MEC e pelos deputados Felipe Rigoni (PSB-ES) e Tábata Amaral (PDT-SP). Segundo a autora, o índice era substancialmente inferior à proposta de 40% apresentada em uma emenda coletiva assinada por 171 deputados de diferentes partidos[3], incluindo alguns da base governista na Câmara, e apoiada por organismos da área educacional.

Em documento publicado em 2020, o TPE justificou a proposta de 15% com a seguinte afirmação: "Não basta apenas elevar investimentos e distribuí-los melhor. É preciso haver mecanismos para indução de melhorias na eficiência e de avanços nos resultados" (TPE, 2020, p. 43). Avaliamos que essa formulação expressa a perspectiva gerencialista do projeto social-liberal de educação.

O TPE também se posicionou criticamente contra o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (Pecim). Apesar disso, o programa foi mantido pelo governo Bolsonaro e recebeu o apoio

[3] Na página eletrônica da Câmara dos Deputados, identificamos a seguinte distribuição partidária dos signatários da emenda coletiva: 49 do PT; 22 do PSB; 14 do PDT; nove do PP; nove do PL; nove do PSOL; sete do PCdoB; seis do MDB; seis do Solidariedade; cinco do PSL; cinco do PSDB; quatro do Cidadania; quatro do Podemos; quatro do PRB; três do PROS; dois do Avante; dois do PTB; e dois do PV (Brasil, 2019b).

de forças políticas de extrema direita. O posicionamento do aparelho de hegemonia foi expresso nos seguintes termos:

> Ministério da Educação indica que o fomento às escolas cívico-militares está entre suas prioridades, mesmo sendo essa uma política sem qualquer indício de evidência positiva. O MEC usa, inclusive, uma comparação simples entre escolas militares, cívico-militares e civis para justificar sua política, sem levar em conta diferenças básicas entre elas (TPE, 2019a, p. 17).

Na terceira frente, o TPE atuou nas fissuras da aparelhagem estatal, isto é, nos espaços que escaparam ao controle do governo. No relatório de atividades do TPE, de 2019, identificamos seis ações dessa natureza. Em função dos limites deste artigo, destacamos a mais relevante: a participação do organismo, junto ao Conselho Nacional de Educação (CNE), na definição da Resolução CNE/CP nº 2, de 20 de dezembro de 2019, que estabeleceu as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores e substituiu a resolução aprovada em 2015 (TPE, 2019b).

Em 2020, o fechamento das escolas em decorrência da pandemia de Covid-19 levou o TPE a intensificar tanto as atividades voltadas à formação da opinião pública quanto as intervenções nas fissuras da aparelhagem estatal. A leitura do relatório de atividades daquele ano permitiu-nos identificar os temas priorizados por esse aparelho de hegemonia, sendo eles: i) a aprovação da PEC do novo Fundeb no Congresso Nacional; ii) a pressão para antecipar a reabertura das escolas fechadas em função da pandemia de Covid-19; iii) o monitoramento da execução do orçamento federal sob a responsabilidade do MEC; iv) e a mobilização de candidatos às prefeituras nas eleições de 2020, segundo o programa "Educação Já Municípios" (TPE, 2020).

Quanto à formação da opinião pública, o relatório de atividades de 2020 apresenta as seguintes informações: "21 vezes por dia é a média em que o Todos esteve presente na imprensa brasileira em 2020" (TPE, 2020, p. 4); e "Todos Pela Educação na voz de influenciadores da pauta política: 114 artigos de opinião e editoriais publicados nos maiores jornais brasileiros citando a nossa atuação" (TPE, 2020, p. 8). Esses dados confirmam que o TPE reconhece a relevância da opinião pública para legitimar seu projeto educacional. Sob a perspectiva gramsciana, interpretamos essa atuação como parte do exercício da hegemonia.

Nas fissuras da aparelhagem estatal, destacamos a produção de documentos destinados a subsidiar as secretarias de Educação e as direções escolares durante o fechamento das escolas; a influência exercida no Poder Legislativo por meio de orientações às assessorias parlamentares, da participação em audiências públicas, do acompanhamento e da análise de projetos de lei, da apresentação de sugestões e das articulações em torno da PEC do novo Fundeb; e o exame da execução do orçamento federal destinado à educação, com o propósito de pressionar os parlamentares.

No que se refere à PEC do novo Fundeb, Gluz (2021) informa que, em 2020, o TPE apresentou uma nova proposta para a complementação da União, elevando o percentual de 15% para 20%. Entretanto, a autora assinala que, apesar desse aumento, o índice permaneceu inferior aos 40% defendidos pelos deputados Edmilson Rodrigues e Sâmia Bomfim, pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação e pela Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (Fineduca); foi superior à última proposta apresentada pelo governo de extrema direita; e se aproximou dos 23% aprovados pela Emenda Constitucional nº 108/2020 (Brasil, 2020a).

Outro aspecto que evidencia a capacidade de intervenção do TPE no debate sobre o novo Fundeb foi a incorporação, à Lei nº 14.113/2020 (Brasil, 2020b), de condicionalidades políticas para a distribuição aos municípios de parte da complementação da União, fixada em 23%. Entre essas condicionalidades, destacamos o denominado Valor Aluno Ano Resultado (VAAR).

O VAAR corresponde a um mecanismo alinhado ao posicionamento do TPE em defesa do denominado critério de "eficiência". Para ter acesso aos recursos distribuídos segundo esse indicador, os municípios precisam cumprir cinco condicionalidades descritas no art. 14 da Lei nº 14.113/2020. Entre elas, destacam-se a adequação dos currículos locais à Base Nacional Comum Curricular, a implementação de regras baseadas em critérios gerencialistas para a nomeação de diretores escolares e o desempenho nas avaliações realizadas pelo sistema nacional de avaliação. Interpretamos o VAAR como um mecanismo de premiação que expressa a concepção de Estado gerencial própria do social-liberalismo representado pelo TPE e subordina a gestão pública aos preceitos da administração privada (Gutierres; Farenzena, 2024).

Quanto às atividades e aos posicionamentos do TPE em 2020, constatamos a continuidade das críticas dirigidas ao MEC, o que confirma a existência de tensões entre o organismo, o governo e as forças políticas de extrema direita que lhe davam sustentação na sociedade civil. O excerto que segue exemplifica esse aspecto:

> O Congresso Nacional teve uma importância muito grande para o avanço da pauta educacional. Enquanto o MEC permaneceu quase que inoperante ao longo do ano, os deputados e os senadores proporcionaram grandes discussões e votações de pautas essenciais para o ensino brasileiro (TPE, 2020, p. 18).

Naquele mesmo ano, como estratégia para preservar a presença de seu projeto educacional, o TPE ampliou a articulação política no âmbito da sociedade civil ao estabelecer conexões com dois organismos vinculados à doutrina social-liberal: a Rede de Ação Política pela Sustentabilidade e o RenovaBR. A atuação dessas organizações concentra-se na formação de intelectuais orgânicos para

o exercício de funções parlamentares, embora ambas se apresentem como iniciativas suprapartidárias comprometidas com a ideia de "ação política inovadora"[4].

Em 2021, o TPE se manteve na formação da opinião pública e foi mencionado em 4.537 matérias como especialista em educação (TPE, 2021b). Paralelamente, procurou influenciar as posições de parlamentares e gestores educacionais (TPE, 2021b). Essas ações significaram o esforço para preservar o projeto social-liberal de educação na aparelhagem estatal e na sociedade civil, em meio às disputas com a extrema direita.

Essa disputa também alcançou o financiamento da educação. Em uma publicação de 2021 dedicada à avaliação da composição e a execução do orçamento federal de 2020, o TPE (2021b) apresentou várias críticas ao governo Jair Bolsonaro, ressaltando a significativa diminuição do financiamento para a educação e a incapacidade de executar o orçamento estabelecido. A avaliação foi apresentada nos seguintes termos:

> No longínquo 2010, e em todos os anos subsequentes, o MEC transferiu e executou mais recursos do que em 2020. O apoio técnico e financeiro para o combate à pandemia se mostrou insuficiente ao longo do ano e, somado aos cortes no orçamento da pasta, demonstra de forma transparente a falta de priorização da Educação Básica para a atual gestão (TPE, 2021b, p. 7).

No relatório anual de atividades, essa posição foi ratificada: "[...] a ausência de liderança e as dificuldades de gestão do MEC, já observadas em 2019, aprofundaram-se em 2020 e agravaram o quadro" (TPE, 2021b, p. 21).

O TPE estabeleceu parceria com a Human Rights Watch para apresentar críticas à gestão orçamentária do governo Bolsonaro. Também se articulou com a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) para avaliar a educação nacional e estabelecer as prioridades que deveriam ser assumidas pelo governo. Interpretamos essas articulações como um meio para fortalecer a posição política do organismo e, assim, legitimá-lo como autoridade no campo educacional perante as organizações sem histórico de adesão ao terreno ideológico burguês, isto é, aquelas que não foram submetidas ao transformismo ou que resistiram a esse processo.

No *Caderno 8*, Gramsci (2024) desenvolveu o conceito de transformismo com base na análise do processo de unificação italiana ocorrido no século XIX. O autor emprega essa categoria para qualificar assimilação intelectual, moral, política e cultural tanto de personalidades, no chamado transformismo molecular, quanto de grupos sociais inteiros pelo terreno ideológico da força política dominante. No caso do TPE, o transformismo molecular visou assimilar pessoas integrantes da pequena burguesia e ampliar o contingente de intelectuais orgânicos capazes de apreender as aspirações da classe dominante-dirigente e traduzi-las em seu projeto educacional. Em relação ao

[4] Para mais informações sobre esses organismos, consultar as páginas institucionais da Rede de Ação Política pela Sustentabilidade, disponível em: https://www.raps.org.br/, e do RenovaBR, disponível em: https://renovabr.org/.

transformismo de grupos inteiros, compreendemos que o organismo atua para apassivar os trabalhadores da educação e, por conseguinte, convertê-los em apoiadores de seu projeto de educação. Na conjuntura posterior a 2016, essa estratégia adquiriu um significado particular ao se configurar como instrumento de enfrentamento das forças políticas de extrema direita no Estado integral.

Outra iniciativa relevante da atuação política do TPE em 2021 refere-se à crítica ao projeto de educação domiciliar defendido pela extrema direita. Em uma publicação veiculada na página eletrônica do organismo em 21 de junho daquele ano, a proposta foi qualificada como um retrocesso: "[...] **o Todos Pela Educação é contra qualquer incentivo à Educação domiciliar** (TPE, 2021a, grifo no original)". No ano subsequente, o TPE (2022c) utilizou a expressão "retrocesso" ao criticar a proposta, contudo não apresentou os fundamentos de sua crítica.

A crítica a esse modelo conservador de educação pode ser realizada com a concepção de ser humano de Gramsci (2024). Em uma nota do *Caderno 8* dedicada ao estudo da filosofia, Gramsci afirma que "o homem deve ser concebido como um bloco histórico de elementos puramente individuais e subjetivos e de elementos de massa e objetivos ou materiais com os quais o indivíduo está em uma relação ativa" (Gramsci, 2024, p. 1450). Com base nessa dimensão relacional da formação da personalidade, acreditamos que a educação domiciliar significa uma restrição à formação humana por limitar as experiências formativas ao universo imediato da concepção de mundo das famílias.

Em 2022, ampliou-se a crítica do TPE ao governo Bolsonaro e à sua base social, passando a abranger o conjunto da gestão educacional. Em entrevista publicada em 11 de maio daquele ano, a presidenta-executiva do organismo declarou: "A gente vem trabalhando com o Ministério da Educação há muito tempo e eu posso afirmar [...] que essa foi a pior gestão da história do país" (Cruz, 2022b).

O avanço organizativo e a radicalização da extrema direita na sociedade civil, somados ao desmonte das políticas econômicas e sociais promovido pelo governo Bolsonaro, impulsionaram a formação de uma aliança entre diferentes lideranças e forças políticas para as eleições de 2022. A derrota da candidatura presidencial da extrema direita possibilitou a constituição de um novo governo, sem que esse resultado se convertesse no fortalecimento das forças políticas democráticas e populares atuantes na sociedade civil, especialmente na educação. Esse quadro abriu possibilidades para o TPE restabelecer a conexão com as instâncias da sociedade política e para reposicionar seu projeto educacional.

A primeira evidência desse movimento surgiu ainda durante a transição governamental. Em novembro de 2022, as lideranças vinculadas à candidatura de Lula da Silva e responsáveis pela coordenação da equipe de transição convidaram duas intelectuais orgânicas ligadas ao TPE, Maria

Alice Setubal e Priscila Cruz, para integrar a composição inicial do Grupo de Trabalho sobre Educação (GTE). As indicações evidenciaram o prestígio político do aparelho perante o futuro governo. Cabe observar que a Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE) e a Campanha Nacional pelo Direito à Educação (CNDE) também foram convidadas a participar do GTE, mas contaram com apenas um representante cada. O grupo foi ampliado ainda naquele mês e incorporou outros dois intelectuais vinculados ao TPE, Cesar Callegari e Cláudia Costin, ambos qualificados como intelectuais orgânicos da classe burguesa.

A segunda evidência correspondeu à participação do vice-presidente eleito, Geraldo Alckmin, e de governadores eleitos no evento intitulado "Pacto pela Aprendizagem", promovido pelo TPE em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), em dezembro de 2022. Na ocasião, o organismo apresentou as prioridades educacionais para o país. Interpretamos essa participação como uma sinalização relevante da possibilidade de aproximação entre o TPE e o governo Lula, iniciado em 2023.

Os dois casos foram destacados no relatório de atividades do TPE (2022). Na seção "Mensagem da Presidência", Cruz (2022a) reafirmou a crítica ao governo Bolsonaro, indicando que a sua gestão havia sido marcada por negligências e retrocessos. Além disso, a referida dirigente, reportando-se indiretamente ao resultado da eleição presidencial, afirmou que o TPE vivia "[...] um sentimento de alívio e orgulho diante dos desafios enfrentados ao longo dos últimos anos" (Cruz, 2022a, p. 4).

O primeiro tema de destaque envolveu o Ensino Médio. O TPE sustentou que a polarização entre as forças políticas favoráveis à manutenção da Lei nº 13.415/2017 e aquelas que defendiam sua revogação seria tecnicamente improdutiva e, diante disso, propôs a revisão pontual dos aspectos considerados críticos, assumindo uma posição intermediária. Para justificar essa posição, a presidente-executiva desse aparelho de hegemonia afirmou que a disputa seria "[...] abundante em palavras de ordem e ainda minguada em soluções (Cruz, 2023, n.p.)". Na sequência, destacou que o MEC deveria assumir o protagonismo dos ajustes necessários para a correção de rota (Cruz, 2023). Com a finalidade de influenciar a decisão do governo Lula, em dezembro de 2022, o TPE publicou um documento que declarava: "Este documento apresenta contribuições para o governo federal na pauta do Ensino Médio (TPE, 2022a, p. 3)". Para legitimar sua posição e conquistar apoio, o organismo informou ter realizado 40 reuniões sobre o tema com representantes da sociedade política e da sociedade civil (TPE, 2022d). A decisão adotada pelo governo Lula convergiu com parte significativa das propostas defendidas pelo TPE.

O segundo tema correspondeu à inserção política do TPE em uma instância consultiva do governo, o Conselho do Desenvolvimento Econômico e Social Sustentável (CDESS), reativado em maio de 2023. No campo educacional, destacamos a criação de um grupo de trabalho (GT),

coordenado pela intelectual orgânica vinculada ao TPE Priscila Cruz e dedicado à formulação de recomendações para o desenvolvimento de políticas setoriais voltadas à primeira infância. O GT contou com a participação de outras quatro pessoas, entre as quais Claudia Costin e Maria Alice Setubal, ambas intelectuais orgânicas ligadas ao organismo. Em julho de 2024, o grupo entregou ao governo um relatório com orientações sobre o tema, participação que, em nossa análise, confirma o trânsito do TPE da sociedade civil para a sociedade política, particularmente para o aparelho Executivo.

O último tema refere-se à influência exercida pelo TPE no MEC sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores. Em 2019, o CNE revogou a resolução então vigente (Brasil, 2015) e aprovou um novo instrumento normativo (Brasil, 2019), posteriormente homologado pelo governo Bolsonaro. Naquele período, três dos 11 integrantes do CNE mantinham vínculos com o TPE[5], o que lhes possibilitou representar a concepção desse organismo no instrumento normativo da formação de professores. Em 2022, no contexto da transição de governo, entidades científicas da educação manifestaram-se publicamente pela revogação das diretrizes de 2019, em decorrência de sua inconsistência.

Em 2023, o Ministro da Educação nomeou um grupo de trabalho para avaliar as diretrizes de formação de professores de 2019. Esse grupo indicou a revogação deste instrumento e a reedição da resolução de 2015. Reagindo a esse posicionamento, o TPE indicou ao Ministro que o melhor caminho seria editar uma nova resolução, o que foi viabilizado, em 2024, sob a forma da Resolução CNE/CP nº 4, de 29 de maio de 2024 (Brasil, 2024).

Em síntese, no contexto de crise política, constatamos que o TPE conseguiu se manter ativo nas relações de forças políticas, enfrentando as forças de extrema direita e as forças do campo democrático-popular. Desse modo, o organismo conseguiu reposicionar seu projeto social-liberal de educação nas instâncias do Estado integral.

Considerações finais

A partir da lente gramsciana, afirmamos que as formulações do TPE apresentaram elevado grau de coerência com o pensamento social-liberal, compreendido, na acepção de Gramsci, como uma ideologia historicamente orgânica. No contexto de crise, mediante táticas de persuasão, conciliação e enfrentamento, o organismo preservou a unidade política das frações burguesas identificadas com o social-liberalismo e demonstrou capacidade de intervir nas instâncias do Estado integral para influenciar as políticas públicas destinadas à educação básica brasileira. Por ter se

[5] Referimo-nos a Maria Helena Guimarães Castro, Mozart Neves Ramos e Nívea Santos Fontanive, intelectuais orgânicos vinculados ao TPE desde sua fundação.

confrontado com o projeto de educação da extrema direita, o TPE projetou um perfil de organismo supostamente democrático.

Entretanto, fundamentados nas reflexões e nos conceitos de Gramsci, verificamos que esse aparelho de hegemonia atuou para fortalecer a direção burguesa. Por essa razão, seu projeto de escola pública não se vincula às demandas históricas dos grupos subalternos. Nessa perspectiva, a missão política do TPE consiste em impedir a concretização de uma escola na qual cada estudante se torne "[...] capaz de pensar, de estudar, de dirigir ou de controlar quem dirige" (Gramsci, 2024, p. 1657). Portanto, compreendemos que sua atuação, nos termos da acepção gramsciana, situa-se no âmbito da grande política.

Concluímos que, no período de 2016 a 2024, o suposto compromisso do TPE com a educação pública expressa a estratégia de frações burguesas que lutam por atualizar a hegemonia burguesa em um contexto de crise e, assim, conservar a classe trabalhadora em uma condição de subalternidade.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 4, de 29 de maio de 2024. Dispõe sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial em Nível Superior de Profissionais do Magistério da Educação Escolar Básica: cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados não licenciados e cursos de segunda licenciatura. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 3 jun. 2024. Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/cne/pdf/resolucoes-do-cne/cp/2024/rcp004_24.pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

BRASIL. Emenda Constitucional n. 108, de 26 de agosto de 2020. Altera a Constituição Federal para estabelecer critérios de distribuição da cota municipal do Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicação (ICMS), para disciplinar a disponibilização de dados contábeis pelos entes federados, para tratar do planejamento na ordem social e para dispor sobre o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb); altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 27 ago. 2020a. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc108.htm. Acesso em: 7 set. 2026.

BRASIL. Lei n. 14.113, de 25 de dezembro de 2020. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, de que trata o art. 212-A da Constituição Federal; revoga dispositivos da Lei n. 11.494, de 20 de junho de 2007; e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 dez. 2020b. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/l14113.htm. Acesso em: 4 set. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 2, de 20 de dezembro de 2019. Institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica e define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial de professores da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 23 dez. 2019a. Disponível em: https://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file. Acesso em: 4 set. 2026.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**: educação é a base. Brasília: Ministério da Educação, 2017. Disponível em: https://basenacionalcomum.mec.gov.br/. Acesso em: 4 set. 2026.

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Emenda na Comissão n. 5/2019 à Proposta de Emenda à Constituição n. 15/2015**. Propõe modificações à PEC n. 15/2015, para tornar o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação instrumento permanente de financiamento da educação básica pública. Brasília: Câmara dos Deputados, 6 jun. 2019b. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2207109. Acesso em: 4 jan. 2026.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Conselho Pleno. Resolução CNE/CP n. 2, de 1º de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior, cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura, e para a formação continuada. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 2 jul. 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/docman/agosto-2017-pdf/70431-res-cne-cp-002-03072015-pdf/file. Acesso em: 4 set. 2026.

BRASIL. Decreto n. 6.094, de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando à mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica. **Diário Oficial da União**, Brasília, DF, 25 abr. 2007. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 4 set. 2026.

CASTELO, Rodrigo. **O social-liberalismo**: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

CRUZ, Priscila. A chance para um verdadeiro Novo Ensino Médio. **Poder360**, Brasília, 22 mar. 2023. Disponível em: https://www.poder360.com.br/opiniao/chance-para-um-verdadeiro-novo-ensino-medio/. Acesso em: 10 abr. 2023.

CRUZ, Priscila. Mensagem da presidência. *In*: TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório anual de atividades 2022**. São Paulo: Todos pela Educação, 2022a.

CRUZ, Priscila. Novo MEC deve priorizar recuperação do déficit de aprendizagem da pandemia, diz Priscila Cruz. Entrevistadores: Carlos Andreazza e Vera Magalhães. YouTube, 17 nov. 2022b. 1 vídeo (55 min 13 s). Publicado pelo canal Rádio CBN. Disponível em: https://youtu.be/IUaA8qubPuQ. Acesso em: 8 jan. 2023.

CRUZ, Priscila. Poder Entrevista: Priscila Cruz, presidente-executiva do Todos pela Educação. Entrevistador: Gabriel Buss. YouTube, 11 maio 2022c. 1 vídeo (30 min 59 s). Publicado pelo canal Poder360. Disponível em: https://youtu.be/24r4vPur0IQ. Acesso em: 8 jan. 2023.

CRUZ, Priscila. A educação precisa mudar: os desafios da próxima gestão do MEC. **UOL Educação**, São Paulo, 31 out. 2018. Disponível em: https://educacao.uol.com.br/colunas/priscila-cruz/2018/10/31/a-educacao-precisa-mudar-os-desafios-da-proxima-gestao-do-mec.htm. Acesso em: 21 dez. 2025.

EVANGELISTA, Olinda (org.). **O que revelam os slogans na política educacional**. Araraquara: Junqueira & Marin, 2014.

GENTILI, Pablo. Educar para o desemprego: a desintegração da promessa integradora. *In*: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). **Educação e crise do trabalho**: perspectivas de final de século. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2008. p. 76-99.

GLUZ, Micaela Passerino. O novo Fundeb é uma vitória? Análise das disputas políticas pelo projeto do novo Fundeb. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 11, e110856, 2021. DOI: https://doi.org/10.22491/2236-5907110856. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/110856. Acesso em: 28 dez. 2025.

GOUNET, Thomas. **Fordismo e toyotismo na civilização do automóvel**. Tradução de Bernardo Joffily. São Paulo: Boitempo, 1999.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do cárcere**: obra completa. Rio de Janeiro: IGS-Brasil, 2024.

GUIOT, André Pereira. **Um "moderno príncipe" para a burguesia brasileira**: o PSDB (1988-2002). 2006. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2006. Disponível em: https://app.uff.br/riuff/handle/1/24643. Acesso em: 4 set. 2026.

GUTIERRES, Dalva Valente Guimarães; FARENZENA, Nalú. O novo Fundeb e a sistemática de redistribuição dos recursos. **FINEDUCA: Revista de Financiamento da Educação**, Porto Alegre, v. 14, n. 17, 2024. DOI: https://doi.org/10.22491/2236-5907128908. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/fineduca/article/view/128908. Acesso em: 28 dez. 2025.

JOHANNPETER, Jorge Gerdau. Educação versus indignação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 25 jun. 2006. Disponível em: https://www1.folha.uol.com.br/fsp/dinheiro/fi2506200610.htm. Acesso em: 19 nov. 2025.

LOPES, Gustavo. Mozart Neves será o ministro da Educação do governo de Jair Bolsonaro. **Estadão Podcasts**, São Paulo, 21 nov. 2018. 1 podcast. Disponível em: https://www.estadao.com.br/brasil/estadao-podcasts/conexao-estadao-mozart-neves-sera-o-ministro-da-educacao-do-governo-de-jair-bolsonaro/. Acesso em: 16 dez. 2025.

LOPES, Kátia de Carvalho. **Educação pública como nicho de investimento social privado**. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Ciências da Educação, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/94484. Acesso em: 4 set. 2026.

MARTINS, André Silva. Classe empresarial e o Plano Nacional de Educação: uma análise sobre um processo ainda em curso. *In*: SILVA, Andréia Ferreira da; RODRIGUES, Melânia Mendonça (org.). **Novo Plano Nacional de Educação (PNE)**: debates e tensões. Campina Grande: EDUFCG, 2013.

MARTINS, Erika Moreira. **Todos pela Educação?** Como os empresários estão determinando a política educacional brasileira. Rio de Janeiro: Lamparina, 2016.

MARZULLO, Luísa. Núcleo do PT resiste à governadora Izolda Cela no Ministério da Educação. **O Globo**, Rio de Janeiro, 13 dez. 2022. Disponível em: https://oglobo.globo.com/politica/noticia/2022/12/nucleo-do-pt-resiste-a-governadora-izolda-cela-no-ministerio-da-educacao.ghtml. Acesso em: 8 jan. 2023.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley (org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005.

RAMOS, Marise Nogueira. Pedagogia das competências. *In*: PEREIRA, Isabel Brasil; LIMA, Júlio César França (org.). **Dicionário da educação profissional em saúde**. 2. ed. rev. ampl. Rio de Janeiro: EPSJV, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013.

SOARES, Jussara; BRESCIANI, Eduardo; PORTINARI, Natália. Indicação de Mozart Ramos para o Ministério da Educação pode ser revista por Bolsonaro. **O Globo**, Rio de Janeiro, 22 nov. 2018. Disponível em: https://oglobo.globo.com/brasil/indicacao-de-mozart-ramos-para-ministerio-da-educacao-pode-ser-revista-por-bolsonaro-23250114. Acesso em: 22 dez. 2025.

STRUCK, Jean-Philip. Bolsonaro escolhe colombiano antipetista para a Educação. **Deutsche Welle**, Bonn, 23 nov. 2018. Disponível em: https://www.dw.com/pt-br/bolsonaro-escolhe-colombiano-antipetista-para-chefiar-educa%C3%A7%C3%A3o/a-46416812. Acesso em: 22 dez. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Ensino médio**: contribuições para a construção de um projeto sistêmico para o Ensino Médio brasileiro. São Paulo: Todos pela Educação, 2022a. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2022/12/educacao-ja-2022-ensino-medio.pdf. Acesso em: 4 jan. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Equidade étnico-racial na educação**: recomendações de políticas de equidade étnico-racial para os governos federal e estaduais. São Paulo: Todos pela Educação, 2022b.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Homeschooling: medida equivocada e absolutamente fora de tempo. **Todos pela Educação**, São Paulo, 2022c. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/homeschooling-medida-equivocada-e-absolutamente-fora-de-tempo/. Acesso em: 4 jan. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório anual de atividades 2022**. São Paulo: Todos pela Educação, 2022d.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Homeschooling: um debate fora de tempo. **Todos pela Educação**, São Paulo, 21 jun. 2021a. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/homeschooling-um-debate-fora-de-tempo/. Acesso em: 4 set. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de atividades 2021**. São Paulo: Todos pela Educação, 2021b.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de atividades 2020**. São Paulo: Todos pela Educação, 2020.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Análise crítica do Compromisso Nacional pela Educação Básica - MEC**: documento apresentado pelo Ministério da Educação lista medidas a serem tomadas pela pasta até 2022. São Paulo: Todos pela Educação, 2019a. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/_uploads/_posts/390.pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Análise: mudanças na formação inicial de professores aprovadas pelo CNE podem ser início de grande transformação. **Todos pela Educação**, São Paulo, 2019b. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/formacao-inicial-de-professores-mudancas-aprovadas-pelo-cne-podem-ser-inicio-de-grande-transformacao/. Acesso em: 4 set. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Educação Já!**: uma proposta suprapartidária de estratégia para a educação básica brasileira e prioridades para o Governo Federal em 2019-2022. São Paulo: Todos pela Educação, 2018a.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. Planos de governo x Educação Já: conheça as propostas dos candidatos à Presidência em 2018. **Todos pela Educação**, São Paulo, 2018b. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/noticias/planos-de-governo-x-educacao-ja-conheca-propostas-dos-candidatos/. Acesso em: 4 nov. 2025.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de atividades 2016**. São Paulo: Todos pela Educação, 2016.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de atividades 2015**. São Paulo: Todos pela Educação, 2015. Disponível em: https://todospelaeducacao.org.br/wordpress/wp-content/uploads/2020/08/relatorio-de-atividades-2015.pdf. Acesso em: 4 set. 2026.

TODOS PELA EDUCAÇÃO. **Relatório de atividades 2014**. São Paulo: Todos pela Educação, 2014.

VILLELA, Milu. A vez da educação. **Folha de S.Paulo**, São Paulo, 21 mar. 2007.